



UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES

SÉRIE 4 - N.º 149
JUL./SET. 2016 TRIMENSÁRIO - € 0,20

PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES

WWW.URAP.PT

geral@urap.pt

EDITORIAL

DESAFIOS E INQUIETAÇÕES

O panorama político internacional não é de molde a podermos encará-lo sem profunda preocupação, já que se revestem de particular gravidade algumas situações que, sem dúvida, criam forte insegurança aos povos. Desde logo, é de assinalar a problemática económica e financeira que atinge diversos países devido à nefasta globalização capitalista cujos efeitos se agravam dia-a-dia.

Ao analisarmos o que se passa na Europa, certo é que, no espaço comunitário, existe grande instabilidade que o próprio e controverso presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, ao apresentar no Parlamento Europeu a posição daquele órgão sobre o estado da União, foi obrigado a fazer um diagnóstico bastante pessimista e considerou, mesmo, que a UE «atravessa grandes perigos», não deixando de salientar o que salta à vista de todos: não há convergência nem coesão social, baixo nível da economia comunitária, dezenas de milhões de desempregados.

Enquanto se privilegiam os impérios financeiros, os grandes bancos, lançam-se sobre países mais enfraquecidos, como o nosso ou a Grécia, políticas de austeridade e de empobrecimento impostas quer pela UE, pelo cada vez mais ambíguo Banco Central Europeu e pelo FMI, instituições estas que têm dificuldade em aceitar a experiência política em curso em Portugal.

A União Europeia, onde estão implantadas acentuadas desigualdades, alberga no seu seio governos não só populistas mas claramente de índole fascista, como os da Hungria, Bulgária e Polónia, que não deixam

de merecer o incondicional apoio da Alemanha, cujo governo continua a impor a sua vontade e a quem a Comissão Europeia se verga. A Europa revela uma forte crise sem que se vislumbre qualquer sinal que possa indicar uma mudança da política neoliberal que tão péssimos resultados tem provocado.

Para agravar os problemas, a UE – que a Grã-Bretanha abandonou – mostra-se incapaz de saber enfrentar e solucionar a dramática situação dos refugiados, observando-se um lamentável «jogo do empurra» com países a recusarem albergar os que fogem de guerras de ingerência provocadas pelos EUA e por certos países europeus, na Líbia, na Síria, no Iraque, no Afeganistão, lémen. A este respeito tem de se condenar com veemência o incrível «negócio» efectuado pela União Europeia e a Turquia, país este que vive um claro retrocesso civilizacional, em flagrante desrespeito pelos mais elementares direitos humanos, mas que é um grande aliado dos EUA e membro da NATO. E não podemos esquecer o dramatismo por que passam tantos milhares de refugiados em França, cujo governo montou um acampamento miserável – que faz lembrar os «bidonville» dos emigrantes portugueses – em Calais. Isto sem falar nos diversos muros levantados nas fronteiras da Hungria ou Bulgária.

Acresce a este panorama desolador em termos políticos e sociais que a Europa tem vivido, momentos difíceis por força da onda de atentados terroristas ocorridos nomeadamente em França, provocados por elementos do «Estado Islâmico». A propósito, será útil refletirmos sobre de onde procedem as fontes de amplos recursos financeiros e de armamento de que os chamados jihadistas dispõem. É público e notório que beneficiam pelo menos da cooperação da Arábia Saudita – outro grande amigo dos EUA.

Ao mesmo tempo, continua a assistir-se à continuada violação dos inalienáveis direitos da Palestina por parte de Israel. Há poucos dias, o mundo foi surpreendido com a informação de que o governo dos Estados Unidos aprovava o maior plano de ajuda militar a Israel, que atinge a astronómica verba de 38

ESPECIAL 1936 - pág. 3 a 6

A URAP destaca, nesta edição, o ano de 1936, durante o qual se travaram importantes e decisivos combates contra o fascismo e pela liberdade. Longe de ser uma mera evocação histórica, trata-se de projectar as lições desse tempo para os dias de hoje, marcados por ameaças à paz e à democracia um pouco por todo o mundo.

continua

mil milhões de dólares! Serão aplicados na aquisição de armamento norte-americano, a partir de 2019, quando terminar idêntico programa em curso – este no valor de 31 mil milhões de dólares – que termina em 2018. Assim se vai armando um país que há dezenas de anos desrespeita as resoluções da ONU, ocupando ilegalmente território palestino e submetendo aquele povo a constantes privações.

Simultaneamente, está a criar-se um ambiente idêntico ao existente no período da «guerra fria». Ao tentar isolar-se a Rússia, ao imporem-se-lhe sanções económicas, à provocatória colocação, junto das fronteiras daquele país, de agressivos sistemas de mísseis virados para aquele território, e de poderosas unidades militares da NATO nos países bálticos, pode concluir-se que se está a enveredar para uma situação muito perigosa que pode pôr em causa a paz. Registe-se que Jean-Claude Juncker, no tal discurso sobre o estado da União expôs, sem tibiezas, que «a União Europeia tem de avançar para uma integração militar», visando a constituição de um exército europeu, proposta que foi imediatamente apoiada pela França e pela Alemanha. Esta ideia não é nova. Tinha sido congelada pela Grã-Bretanha que agora deixa de ter voto na matéria.

Nestas breves linhas não é possível fazer-se um balanço exaustivo sobre a problemática situação política internacional que a Humanidade atravessa devido sobretudo à actuação de governos capitalistas. Referimo-nos apenas a alguns aspectos, como o extraordinariamente preocupante reinício das negociações secretas sobre o Tratado Transatlântico (TTIP) entre os EUA e a União Europeia, apesar da oposição da França. Se tal Tratado alguma vez vier a ser aprovado, as grandes multinacionais dominarão sem dificuldade o comércio internacional sobrepondo-se, mesmo, à autoridade e soberania dos países europeus, como já acontece em alguns países da América Latina.

Assinale-se, também, a ingerência estrangeira, ou seja, norte-americana, noutras regiões do globo de que é exemplo a Venezuela. Em suma, há motivos mais do que suficientes para reflectirmos sobre estas e outras ameaças que põem em causa a estabilidade política, social e cultural a que os povos têm direito e a que necessariamente terão de se opor com firmeza.

João Corredor da Fonseca

DINAMIZAR A ACTIVIDADE E OS NÚCLEOS REFORÇAR A URAP PARA MELHOR AGIR



Reforçar a URAP é a condição essencial para conseguir atingir os objectivos consagrados nos seus Estatutos. Nesse sentido, a direcção da URAP apela a todos os seus sócios para que, de uma forma ou de outra, contribuam para o seu reforço.

Assim, é indispensável contactar de uma forma organizada e regular todos os sócios da URAP, desenvolver mais actividade com os núcleos existentes e constituir novos núcleos com a perspectiva de promover iniciativas, como visitas a museus da resistência, prisões e casas clandestinas, roteiros antifascistas, sessões de esclarecimento nas escolas e universidades, etc. Por último, é fundamental associar novos companheiros na URAP, independentemente das suas opções políticas e crenças religiosas.

Trazer novos sócios – homens, mulheres e jovens – para animar e propalar os nossos ideais democráticos e antifascistas e de solidariedade internacional, dessa forma contribuindo para esclarecer a verdade histórica, tantas vezes calada, escamoteado e deturpada. Entretanto, foram constituídos os núcleos da URAP de Lisboa, Amadora e Algueirão-Mem Martins. Estão em fase de constituição os núcleos de Queluz, Belas, Cacém, Rio de Mouro e Colares, no concelho de Sintra.



URAP
Propriedade e edição
da **União de Resistentes
Antifascistas Portugueses**
Membro da Federação Internacional
de Resistentes

Directora **Ana Pato**
Paginação e Grafismo **Sónia Semião**

Redacção e Administração
Rua Bernardo Lima, 23 - 1º Esq.
1150-075 Lisboa • Telefone 213 576 083

O ANO DE 1936

O ano de 1936, visto agora à distância de 80 anos, continua a permanecer bem vivo na memória antifascista como o ano de grandes embates contra o fascismo, dos quais o mais marcante foi a Guerra Civil de Espanha, iniciada em 18 de Julho, com o alzamiento dos generais fascistas contra a República e o governo da Frente Popular.

Num contexto europeu de afirmação e de consolidação do fascismo (Itália, Alemanha, Portugal), as vitórias eleitorais das Frentes Populares em Espanha (Fevereiro de 1936) e em França (Maio de 1936) causaram o alarme nas ditaduras, nos centros do grande capital e no Vaticano que se uniram para liquidar as experiências dos governos populares.

Assim, em Portugal, no ano de 1936, acentuou-se a natureza fascizante e repressiva do salazarismo, com o seu reforço organizativo e a feroz perseguição aos opositores: foi criada a Mocidade Portuguesa (19 de Maio), a Legião Portuguesa (30 de Setembro) e o Campo de Concentração do Tarrafal (criado a 23 de Abril, aberto a 29 de Outubro).

Só nos anos de 1936 e 1937 deram entrada nos cárceres fascistas 5883 presos políticos. A propaganda e a acção repressiva assumiram um carácter abertamente anticomunista, com a benção do Vaticano a Salazar para salvar a Igreja do «comunismo ateu».

Oitenta anos passaram sobre os acontecimentos de 1936, mas não se podem esquecer as suas causas, consequências e responsáveis e, sobretudo, os ensinamentos da história que se revelam de grande actualidade e utilidade para compreendermos o complexo quadro político internacional de profunda crise do capitalismo, em que se sucedem as guerras de agressão imperialista e se branqueia o fascismo e agudiza o anticomunismo.

A URAP, consciente do enorme significado para a luta e resistência antifascistas do que sucedeu em 1936, decidiu incluir neste boletim um conjunto de textos sobre alguns dos acontecimentos e episódios mais relevantes desse longínquo e afinal tão próximo ano de 1936: Início da Guerra de Espanha, Revolta dos Marinheiros, abertura do Campo de Concentração do Tarrafal. Neste breve dossier, incluímos também um texto sobre o Monumento ao Marinheiro Insubmisso.



HÁ 80 ANOS, A GUERRA DE ESPANHA

A evocação da memória histórica da guerra que há 80 anos teve início em Espanha, com a sublevação dos generais fascistas contra a República e o governo da Frente Popular, continua a ser hoje da maior importância, numa altura em que o branqueamento do fascismo e o revisionismo histórico procuram deturpar e silenciar as causas, natureza e consequências dessa guerra que, de 1936 a 1939, devastou Espanha com o trágico resultado de um milhão de mortos, dois milhões de prisioneiros e centenas de milhares de refugiados.

Apresentada pela historiografia dominante como «guerra fratricida», a guerra de Espanha foi na realidade um golpe contra a República democrática que se tornou no primeiro «grande confronto entre as forças da paz e da guerra, entre as forças do fascismo e do antifascismo internacional, entre o socialismo e o capitalismo», como justamente foi caracterizada por Domingos Abrantes.

Mais do que uma guerra civil, foi uma guerra contra um Estado soberano, em que a Alemanha nazi e a Itália fascista intervieram logo desde início para esmagar a República da Frente Popular. Hitler e Mussolini enviaram cerca de 200 mil efectivos das suas tropas regulares e de elite, equipadas com todo o tipo de armamento, centenas de tanques e carros de combate, barcos de guerra, submarinos, mais de mil aviões que bombardearam as forças republicanas e as cidades e população civil (o monstruoso crime de Guernica é o mais conhecido).

A política de «não intervenção» das potências ocidentais França, Inglaterra e EUA e o apoio do Vaticano à sublevação fascista, com a justificação de «combater o comunismo ateu», foram, junto com intervenção militar alemã e italiana, decisivas para o enorme desequilíbrio de forças em que se desenrolou a guerra.

Do outro lado, na defesa da República e da liberdade, junto aos combatentes patriotas espanhóis, mal equipados: «um exército de gentes esfarrapadas, mal vestido, mal alimentado e pior armado», no dizer de Dolores Ibarruri (A Passionaria), participaram milhares de combatentes internacionalistas, voluntários de 55 países, integrados nas Brigadas Internacionais, nas milícias populares ou nas forças militares da República, num heróico e brutalmente desigual combate contra a agressão fascista e imperialista.

Em Portugal, o regime salazarista que já tinha participado activamente na conspiração contra a República espanhola, apoiou por todos os meios a sublevação fascista desde o primeiro momento. Apoio no

plano da propaganda, com destaque para as emissões do Rádio Clube Português (a denegrir a República e exaltar os «nacionalistas»), apoio no plano militar e logístico, com o envio de cerca de 20 mil militares, os designados «Viriatos» e o fornecimento de armas e munições, combustíveis e meios de transporte, entre outros. Apoio financeiro e de abastecimentos, em que não deve ser esquecido o papel de industriais, banqueiros e agrários (Alfredo da Silva, Sebastião Ramirez, Ricardo Espírito Santo, Pequito Rebelo), cujos serviços à causa fascista seriam largamente recompensados por Salazar.



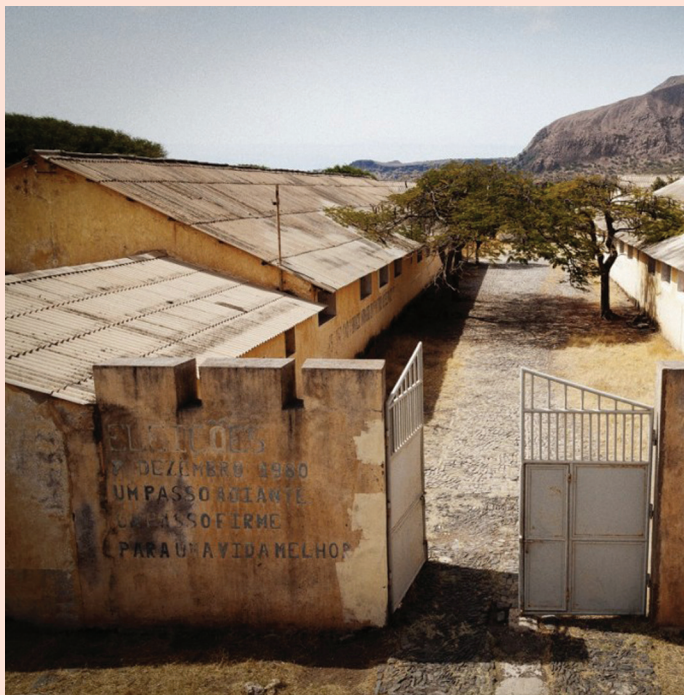
REPRESSÃO E

Ao mesmo tempo, intensificou-se a repressão, sendo o período de maior número de prisões, foi enviado o maior número de presos para a fronteira só estava aberta para os «Viriatos» e para enviar géneros para os «nacionalistas». Os refugiados republicanos eram presos

A solidariedade do povo português para com os republicanos, sobretudo, pela acção do PCP e teve múltiplas formas de expressão existentes (propaganda oficial, clandestinidade, eficácia do apoio dos anarquistas e republicanos. Decorridos 80 anos sobre a Guerra Civil, os antifascistas portugueses no apoio à luta do povo espanhol, a vida em combate ou foram fuzilados, bem como os que foram mortos. Os estudos publicados sobre a guerra presta escassa atenção



29 DE OUTUBRO DE 1936: ABRE O CAMPO DE CONCENTRAÇÃO DO TARRAFAL



RESISTÊNCIA

do da Guerra de Espanha (1936-39) aquele em que teve lugar os para o Tarrafal e foram aplicadas as penas mais pesadas. éneros alimentares (racionados para a população portuguesa) os e entregues aos fascistas, tendo muitos deles sido fuzilados.

anos e outras forças progressistas de Espanha foi prestada, pressão, não atingindo maior dimensão, dadas as condições (aparelho repressivo) e a incompreensão e sectarismo de a de Espanha, continua a ser pouco conhecida a participação ol, ignorando-se o número dos que participaram e perderam m feitos prisioneiros nos campos de concentração. A maioria ção ou silencia a intervenção dos antifascistas portugueses, nomeadamente comunistas, na luta pela defesa da República.

A Guerra de Espanha terminaria em 1939, com a tomada de Madrid pelos fascistas em 1 de Abril e a instauração da ditadura franquista. Poucos meses depois (1 de Setembro), tinha início a Segunda Guerra Mundial, em que as bombas alemãs, testadas e experimentadas em Espanha, seriam largamente utilizados, com os trágicos resultados que se conhecem.

Criada pelo governo salazarista por decreto-lei de 23 de Abril de 1936, a Colónia Penal do Tarrafal, em Cabo Verde, destinava-se, como mostram o 1.º e 2.º parágrafos do decreto, a receber os «condenados por crimes praticados com fins políticos» e «presos por crime de rebelião», entre outros presos ditos «especiais». Tratava-se portanto de uma prisão política especial, um verdadeiro campo de concentração criado com os objectivos de liquidar os opositores ao regime mais combativos e responsáveis e de mostrar que qualquer contestação seria ferozmente reprimida. Para o regime fascista, tinha ainda uma vantagem sobre as prisões do Aljube, Caxias e Peniche, por ser uma prisão isolada e de se ocultarem da comunidade internacional os maus tratos e crimes ali praticados.

A sua «inauguração», a 29 de Outubro de 1936, foi precipitada com a revolta de 8 de Setembro, e fez-se com 152 detidos, embarcados de Lisboa em 18 de Outubro. Dessa primeira leva de prisioneiros, faziam parte 34 marinheiros envolvidos na Revolta de 8 de Setembro, 37 participantes na acção de 18 de Janeiro de 1934 e os principais dirigentes comunistas e anarco-sindicalistas, Bento Gonçalves e Mário Castelhana.

Até 26 de Janeiro de 1954 (data do encerramento), portanto em menos de 20 anos, passaram pelo Tarrafal 340 presos, cujas penas ultrapassavam os dois mil anos. Desses, 32 pagaram com a vida, mais propriamente é dizer-se foram assassinados, outros sujeitos à tortura permanente nesse verdadeiro campo de extermínio e desumanidade.

A falta de condições higiénicas e de habitabilidade, a insalubridade (pântanos e paludismo), a alimentação miserável, os trabalhos forçados, as provocações, os castigos na «frigideira», fizeram do campo de concentração do Tarrafal o símbolo mais sinistro do terror salazarista.

Oitenta anos decorridos sobre a abertura do «Campo da Morte Lenta», não podemos esquecer que foi com o resultado do longo combate de todos os que lutaram, com sacrifício das próprias vidas, que hoje vivemos em liberdade. E que o seu exemplo de abnegação e fidelidade aos ideais mais nobres da paz, igualdade, liberdade, nos continuará a inspirar, hoje e de futuro, nos combates que é necessário travar.

REVOLTA DOS MARINHEIROS DE 8 DE SETEMBRO DE 1936 UM MARCO DA LUTA CONTRA O FASCISMO

A revolta dos marinheiros, no dia 8 de Setembro de 1936, eclodiu num contexto em que a ditadura fascista encabeçada por Salazar procurava consolidar-se, no quadro de uma conjuntura internacional que lhe era desfavorável (vitórias eleitorais das frentes populares em França e Espanha), sucedendo-se as medidas repressivas para travar a influência do PCP na Marinha, onde a Organização Revolucionária da Armada (ORA) desenvolvia intensa actividade e tinha alcançado enorme prestígio.

A ORA, organismo de enlace das várias células comunistas na Marinha de Guerra, pela acção dos seus membros (20 por cento do total dos militantes do PCP) nas embarcações militares e pela edição de O Marinheiro Vermelho (atingiu uma tiragem de 1500 exemplares), tinha-se tornado uma forte organização revolucionária, aliando a defesa dos interesses sócio-profissionais dos marinheiros ao seu esclarecimento e consciencialização da necessidade de lutar contra a guerra e o fascismo.

Nos meses que precederam a revolta, tinha aumentado o descontentamento e a revolta entre os marinheiros, com as arbitrariedades das chefias e a repressão (transferências compulsivas, expulsões e prisões). O descontentamento e revolta viriam a radicalizar-se com a prisão de 17 marinheiros da guarnição do NRP Afonso de Albuquerque que, numa expedição a Espanha, tinham manifestado a sua solidariedade com as forças republicanas. Antes tinham já sido presos mais de 30 marinheiros, entre eles alguns dos mais destacados dirigentes da ORA.

Assim, na madrugada de 8 e Setembro de 1936 – quando já se iniciara a Guerra Civil de Espanha – um significativo número de marinheiros, membros da ORA, deu início à acção revolucionária, apoderando-se dos

NRP Dão, Afonso de Albuquerque e Bartolomeu Dias e contando vir a ter a adesão de outros navios. Em síntese, e de acordo com vários testemunhos, o objectivo da acção era fazer um ultimato ao governo de Salazar para exigir o respeito pelos direitos dos marinheiros, o fim das perseguições e a libertação dos presos. Projectavam colocar os navios a salvo fora da barra, utilizando o poder de fogo das três embarcações.

No entanto, ao cabo de algumas horas, a revolta foi sufocada pelas forças governamentais que, tendo acesso antecipado aos planos dos revoltosos, tinham conseguido desactivar o potencial de fogo dos navios e ordenado o seu bombardeamento a partir das baterias de artilharia dos fortes de Almada e do Alto do Duque, o que veio a acontecer, sendo fortemente metralhados o Dão e o Afonso de Albuquerque, provocando a morte de 12 marinheiros.

Seguiu-se violenta repressão, com 208 marinheiros presos e demitidos. Foram condenados 82 dos revoltosos: 44 foram enviados para Angra do Heroísmo, 4 para Peniche e 34 enviados no conjunto dos primeiros 152 detidos no Campo de Concentração do Tarrafal, em Cabo Verde, cuja abertura foi acelerada pela fracassada revolta de 8 de Setembro.

Como o desenrolar dos acontecimentos comprovou e os próprios marinheiros concluíram posteriormente, a revolta não podia ter triunfado, por desinserida da acção de massas e subestimando a correlação de forças existente. No entanto, o exemplo de coragem e determinação dos jovens marinheiros merece ser valorizado e enaltecido como um contributo para a luta pela restituição da liberdade, só alcançada na Revolução de 25 de Abril.

O MONUMENTO AO MARINHEIRO INSUBMISSO

O Monumento ao Marinheiro Insubmisso, inaugurado a 30 de Maio de 2009 e instalado no Centro Cívico do Feijó, em Almada, homenageia e perpetua a memória dos heróicos marinheiros da revolta de 8 de Setembro de 1936. A iniciativa da sua construção partiu de uma Comissão Promotora que, a propósito do 70.º aniversário da revolta, apresentou uma proposta à Câmara de Almada que, em reunião de 6 de junho de 2007, decidiu abrir concurso público para a concepção, execução e montagem do monumento. O júri, constituído, entre outros, pelos escultores Victor Ribeiro e Rogério Ribeiro, perante os cinco projectos apresentados, optou pela escolha da solução proposta pelo escultor Rui Matos.

O Monumento ao Marinheiro Insubmisso é não só uma excelente obra de arte pública pela sua qualidade estética e por contribuir para aproximar a escultura do grande público, mas também pelo seu significado social e político de homenagem e perpetuação da memória desses bravos marinheiros insubmissos que, em 8 de Setembro de 1936, ousaram revoltar-se contra o fascismo.

Como assinalou Aurélio Santos, em representação da URAP na inauguração do monumento: «Eles não aceitaram como imbatíveis e inevitáveis os “ventos da História”. E escreveram uma página honrosa na história da luta do povo português pela liberdade».



INICIATIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO

A URAP SAÚDA O REGRESSO DAS BANDEIRAS

A URAP congratula-se e saúda a realização da exposição «O Regresso das Bandeiras», bem como o conjunto de iniciativas que a câmara do Barreiro promoveu para assinalar os 80 anos da jornada de protesto contra a guerra e o fascismo de 28 de Fevereiro de 1935.

Momento alto da história do Barreiro na resistência antifascista, a jornada de agitação e protesto de 28 de Fevereiro de 1935 foi uma vigorosa demonstração da abnegada coragem e ousadia do povo barreirense, em particular dos operários da CUF e ferroviários organizados na Comissão Inter-Sindical. A distribuição de tarjetas e panfletos, inscrições nas paredes e o hastear de bandeiras vermelhas nas principais ruas do Barreiro e Lavradio colheu de surpresa as forças repressivas (GNR e PVDE), que só na manhã de 1 de Março lograram retirar do alto da chaminé das oficinas da CP uma bandeira com a foice e o martelo e as iniciais PCP.

Seguiram-se dias de feroz repressão, sendo efectuadas 35 prisões e os acusados logo sujeitos a interrogatórios na delegação da PVDE no Barreiro. Os espancamentos dos acusados provocaram a indignação e revolta popular, com destaque para as mulheres dos presos que a 12 de Abril de 1936, quando a PVDE quis transferir alguns presos para Lisboa, organizaram uma concentração que juntou mais de 3000 pessoas exigindo a libertação dos detidos. A onda de revolta levaria a que a delegação da PVDE fosse retirada do Barreiro, enquanto os 35 presos foram sujeitos a processos que integram o chamado «Processo das Bandeiras» (na Torre do Tombo) e levados para os cárceres fascistas (Aljube, Caxias, Peniche, Tarrafal).



A exposição «O Regresso das Bandeiras», muito bem documentada graças à cedência pela Torre do Tombo de diversos materiais constantes do «Processo das Bandeiras», incluindo algumas das bandeiras, é uma mostra que ultrapassa a dimensão local e cronológica da jornada de 28 de Fevereiro de 1935.

A URAP que, entre os seus objectivos, pretende contribuir para a divulgação do que foi a resistência antifascista e para a importância de defender e consolidar as liberdades democráticas, valoriza a realização deste conjunto de iniciativas, sob o adequado lema «O Regresso das Bandeiras», pois hoje como ontem continua ser necessário empunhar as bandeiras da luta e o exemplo de coragem e determinação daquele punhado de revolucionários dá mais força na defesa da liberdade e da democracia.

OS PRÓXIMOS MESES DA URAP

ACTIVIDADE ANTIFASCISTA

A URAP estará representada no **Congresso da Federação Internacional de Resistentes – Associação Antifascista**, da qual faz parte, que se realiza entre 18 e 20 de Novembro na capital da República Checa, Praga. Da agenda do Congresso inclui-se a discussão e votação do relatório de actividades dos últimos anos e da declaração política, a par da definição de tarefas comuns e da eleição dos corpos dirigentes. Os participantes terão a oportunidade de visitar o memorial de Lídice, evocativo do massacre perpetrado pelos ocupantes nazis nesta localidade em 1942.

Com o objectivo de fazer as causas e valores da liberdade, da democracia e da paz às novas gerações, a URAP **contactou com escolas** de vários pontos do País colocando-se à disposição para a participação em sessões e outras iniciativas. **Lisboa – um Roteiro da Resistência** é o nome de uma acção promovida por um grupo de professores membros da URAP, que visa relevar um conjunto de espaços e protagonistas da resistência ao fascismo com ligação à cidade de Lisboa. Esta iniciativa decorrerá ao longo do próximo ano.

Os núcleos da URAP de Algueirão/Mem-Martins e da cidade de Lisboa vão promover **visitas ao Museu do Neo-Realismo**, em Vila Franca de Xira, guiadas pelo

escritor Domingos Lobo. As visitas estão marcadas para duas terças-feiras, 18 e 25 de Outubro, às 10 horas. Os núcleos da linha de Sintra, englobando os concelhos de Sintra e Amadora, **homenageiam, no dia 19 de Novembro (sábado) os cidadãos da Amadora** que foram presos políticos do regime fascista.

A URAP associou-se ao protesto dinamizado pelo MPPM de oposição ao envolvimento de Portugal no projecto **Law-Train**, financiado pela União Europeia e que visa desenvolver tecnologia para unificar a metodologia para interrogatórios policiais. O projecto é coordenado pela universidade israelita de Bar-Ilan e integra o Ministério da Segurança Pública de Israel e os seus congéneres de diversos países europeus, para além de empresas e agências ligadas à «segurança». A URAP saudou a saída de Portugal deste projecto, realçando que ela constitui uma vitória das forças democráticas.

A URAP **condenou ainda o «golpe de Estado institucional»** que ocorreu no Brasil e que ditou o afastamento da presidente eleita Dilma Rousseff, alertando para a deriva antidemocrática em curso não só no Brasil como um pouco por toda a América Latina.

Entretanto, da iniciativa do Núcleo do Porto da URAP, encontra-se em elaboração, nas instalações

da Delegação do Porto da ex- PIDE, hoje Museu Militar do Porto, a primeira fase do projecto do «**Do Heroísmo à Firmeza**», da autoria do arquitecto Mário Mesquita, visando preservar a memória da resistência antifascista e o percurso dos presos políticos que por ali passaram.

Para a sua concretização, além de estar a receber cartas censuradas de familiares e vários outros documentos, porque este importante trabalho vai ter custos elevados (10.000 € na 1ª fase), o Núcleo do

Porto abriu uma campanha de recolha de fundos com o seguinte IBAN: PT50 0007 0000 0032 5501 3492 3. Apela-se à participação de quem se identifica com este Projecto com o donativo que puder.

Informa-se que além de outros montantes bem mais modestos, a iniciativa conta já com a contribuição das seguintes Fundações: Calouste Gulbenkian (5.000 €, deixando metade para a 2ª fase do Projecto) e Engº António de Almeida (2.000 €). A todos sem excepção, a URAP muito reconhecidamente agradece.

URAP PELA PRESERVAÇÃO DO FORTE DE PENICHE DEFENDER A MEMÓRIA HISTÓRICA

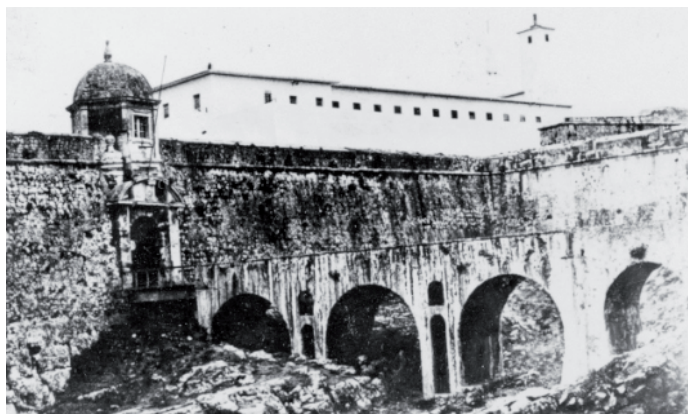
A URAP emitiu um comunicado onde expressa o seu profundo desacordo com a decisão do governo de concessionar o Forte de Peniche a entidades privadas, por considerar que põe em causa a «preservação deste símbolo sinistro da repressão fascista, onde milhares de antifascistas presos foram submetidos a um regime prisional brutal».

A preservação do Forte de Peniche, quer como lugar da repressão e da resistência ao fascismo, quer como lugar de esclarecimento para as jovens gerações sobre o que foi a ditadura fascista, é, considera ainda a URAP, uma «exigência de respeito pela memória de todos aqueles que sacrificaram o melhor das suas vidas para que o povo vivesse em liberdade».

Apelando aos democratas e aos antifascistas a que intervenham pela preservação do Forte de Peniche como lugar de resistência, a URAP exorta ainda à subscrição da seguinte petição: «Os abaixo assinados democratas antifascistas, surpreendidos com as recentes notícias sobre a concessão do Forte de Peniche, empenhados na defesa da necessária preservação da memória e

resistência ao fascismo e pelo respeito de milhares de portugueses que deram o melhor das suas vidas para que o povo português pudesse viver em liberdade, apelam ao Governo para que o Forte de Peniche permaneça património nacional, símbolo da repressão fascista e da luta pela liberdade.»

A petição pode ser assinada em <http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=forte-peniche>.



PUB

Juntos por todos.

Juntos porque é na força de mais de 600 mil portugueses que nos protegemos, encontramos soluções e chegamos mais longe.

Juntos por um, juntos por todos.

Montepio Geral Associação Mutualista - IPSS - DGSS nº 3/81 - NIPC 500766681
Sede: Rua Aúrea, 219 a 241, 1100-062 Lisboa - Apartado 22882 E.C. Socorro Lisboa, 1147-501 Lisboa


Associação
Mutualista
Montepio

Juntos por todos

WWW.URAP.PT

www.facebook.com/uniaoderesistentesantifascistasportugueses